



VIDA COTIDIANA E PATRIMÔNIO

A REFORMA DE UM BEM IMÓVEL COM VALOR HISTÓRICO: o caso da Igreja das Mercês em Lavras-MG

COSTA, ANA CAROLINA S. B. (1); RESENDE, VICTOR H. DE (2); JÚNIOR, AMAURI CLÉO DE M. (3); MATOS, MILENA A. (4); COUTO, MARIA FERNANDA G. (5)

1. Centro Universitário de Lavras - UNILAVRAS. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Rua Padre José Poggel, nº 506, Padre Dehon, Lavras - MG, 37203-593
anacarolinasbcosta@gmail.com
2. Centro Universitário de Lavras - UNILAVRAS. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Rua Padre José Poggel, nº 506, Padre Dehon, Lavras - MG, 37203-5933.
vhrjedi@unilavras.edu.br
3. Centro Universitário de Lavras - UNILAVRAS. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Rua Padre José Poggel, nº 506, Padre Dehon, Lavras - MG, 37203-593
a.juniormattos98@hotmail.com
4. Centro Universitário de Lavras - UNILAVRAS. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Rua Padre José Poggel, nº 506, Padre Dehon, Lavras - MG, 37203-593
milenaamericomatos@hotmail.com
5. Centro Universitário Izabela Hendrix. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Rua da Bahia, nº 2020, Lourdes, Belo Horizonte – MG, 30160-012
mariafernandagcouto@gmail.com

RESUMO

A Capela Nossa Senhora das Mercês, segunda construção mais antiga da cidade Lavras-MG e patrimônio característico do município, ainda não foi tombada. Por esse motivo, as interferências nela realizadas não seguiram as normas do IPHAN. Devido à ausência do registro de tombamento, uma reforma levada a cabo em 2014 buscou somente atender as necessidades e aos desejos dos frequentadores do local. Nessa reforma, a igreja recebeu uma nova iluminação, foram acrescentadas ou modificadas estruturas e pinturas, internas e externas, não havendo atenção às normas de preservação patrimonial. No entanto, a pintura mural no altar, o conforto e a segurança proporcionados pela reforma chamaram a atenção das pessoas e atraíram um número maior de frequentadores. As paredes do altar foram pintadas pela artista lavrense Lívia Fassio, que idealizou a obra juntamente com a arquiteta Daniele Brito utilizando referências do artista plástico contemporâneo, especializado em temáticas sacras, Cláudio Pasto (1948-2016), conhecido como o artista sacro mais expressivo do Brasil. A reforma de 2014 trouxe aspectos da arquitetura moderna a uma construção histórica. Tal ação acaba por dificultar um possível processo de tombamento do edifício, posto que foi descaracterizada a linguagem arquitetônica da capela, dando-lhe um novo aspecto e significado. Todavia, após a reforma, os moradores de Lavras (fiéis assíduos ou não) passaram a eleger a capela com maior frequência como local para a celebração de atividades sociais de natureza religiosa, como batizados e casamentos. Segundo Françoise Choay (2016), um dos grandes problemas de um edifício tombado é a perda de sua função social inicial, ou a completa inutilização do edifício. Neste estudo, foi possível observar que as cerimônias realizadas na Igreja das Mercês e as atividades comunitárias que se desenvolvem nessa capela permanecem as mesmas, com um significativo aumento no número de frequentadores e de atividades realizadas. Após reforma, a união entre a estética contemporânea e os valores histórico e simbólicos, próprios da capela das Mercês, trouxe uma nova perspectiva à comunidade lavrense sobre esse patrimônio. O fato levanta uma discussão pertinente sobre as questões que envolvem patrimônio, tombamento, identidade cultural de um grupo ou comunidade, intervenções em bens imóveis com finalidade pública e a formação histórica da comunidade e da construção em si, que integra a comunidade. Se o pesquisador empreender uma análise fundada na utilidade e na função social, estaria a Igreja das Mercês sendo mais útil à cidade de Lavras como patrimônio tombado ou como a capela reformada e acolhedora, que recebe hospitaleira seus diversos frequentadores?

Palavras-chave: Patrimônio Histórico; identidade; descaracterização; reforma.

INTRODUÇÃO:

A edificação está localizada na Praça Monsenhor Domingos Pinheiro, em Lavras, sul de Minas Gerais, à aproximadamente 240 quilômetros da capital Belo Horizonte. Lavras é uma das cidades mais influentes da região sul de Minas, fundada entre os anos 1720 e 1721, uma vez dada a escassez de ouro na região, teve como primeira base econômica de sustento a agricultura e a pecuária, atividades que até hoje fazem parte de seu crescimento e desenvolvimento. De acordo com dados coletados em 2010 e 2020, respectivamente, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a cidade possui 104.783 habitantes e 98,6% de nível de escolarização, sendo considerada polo universitário e cidade das escolas, abrigando, assim, faculdades privadas e a Faculdade Federal de Lavras (UFLA), uma das principais universidades da América Latina.

Apesar de ser constantemente associado a inovações e pesquisas que almejam o progresso e vão de encontro ao futuro, principalmente na área agrônoma, principal eixo de pesquisa da UFLA, o município lavrense apresenta um passado vivo em suas construções e relíquias. Dada sua fundação ainda na primeira metade do século XVIII e as condicionantes econômicas favoráveis à um crescimento espontâneo, sua bagagem histórica e acervo cultural são marcantes e representações da história e da cultura mineira e brasileira.

Nessa dualidade entre passado e futuro, desde que as questões patrimoniais tiveram relevância no cenário lavrense, a cidade foi palco de batalhas e polêmicas, como coloca Geovani Németh-Torres, 2020. Assim como em boa parte do contexto nacional, Lavras em especial, não possuía até meados da década de 1940, qualquer exemplar arquitetônico protegido ou considerado com valor patrimonial. Foi no ano de 1948, após ameaças de demolição, justificadas pela precariedade e impossibilidade de manutenção, que a Igreja Nossa Senhora do Rosário, construída entre os anos de 1751 a 1754 teve seu tombamento em instância federal pelo na época DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), dando fim e acatando os movimentos de resistência contra a especulação imobiliária sofridas até então pelo bem de valor histórico (TORRES, 2020).

Entretanto, mesmo contemplada pelo exemplar de arquitetura religiosa colonial de relevância nacional, a cidade não manteve entre suas prioridades a disseminação da consciência patrimonial entre a população como um todo. Entre os habitantes da cidade em geral, o conceito "Patrimônio" tem sentido recente e vem sendo disseminado aos poucos por meio de ações desenvolvidas pela Casa da Cultura, bem como pelo recente Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Lavras, Unilavras. Por tal motivo, vários

bens imóveis já foram destruídos, modificados ou se encontram em estado de conservação precário. Entre eles, a Igreja Nossa Senhora das Mercês se destaca pelo seu processo histórico curioso.

A IGREJA

A Igreja Nossa Senhora das Mercês foi construída na primeira metade do século XIX, mais especificamente em 1819 a mando do Padre Manuel de Piedade Valongo. É a segunda construção religiosa mais antiga em Lavras. Foi edificada por escravos e teve Silvestre Pedreiro no comando da obra.

Sua forma primitiva consiste em nave principal e altar mor em princípio, seguidos da sacristia na área posterior acrescida posteriormente à construção. Os registros da Igreja, nos mostram que o sistema construtivo adotado consiste em paredes autoportantes, com tijolos cerâmicos maciços sobre base em cantaria. A fachada ainda guarda a mesma expressão simétrica e ancestral, composta por uma porta de acesso principal, acompanhada de duas janelas, todos compostos por vergas ogivais. A cobertura em duas águas e telhas cerâmicas, dá forma à empena que apresenta dois vãos próximos, correspondentes às janelas do coro, como colocado pelo inventário do bem. Tal expressão evidencia a primeira e mais estável forma do barroco mineiro, descrita por Suzy de Mello em seu livro Barroco Mineiro em 1985.

“A esse partido simples correspondeu uma volumetria igualmente singela que, no entanto, guarda ainda, na sua pobreza e humildade – quase indigência – certo sabor primitivo e ingênuo, que é grande parte do seu encanto.” (Mello, 1985, p.133) A capela, guarda, portanto uma memória da manifestação da mais autêntica cultura brasileira e mineira expressada na arquitetura, através da autogestão de determinados grupos sociais.

Dado o ano de sua construção e contexto econômico da cidade, a capela corresponde assim, uma expressão entre o que Suzy de Mello classifica como 3º etapa e 4º etapa do barroco mineiro.

“ 3º Etapa = 1750 – 1800: Maturidade das povoações, classes fortemente diferenciadas; rivalidade de classes. Reconstrução das primitivas capelas, construção de novas, decadência das matrizes.

4º etapa = 1800 – ...: Decadência econômica e dissolução de diferenciação social, Paralisação das novas construções ou acabamento deficiente das mesmas; novo apogeu das matrizes.” (MELLO, 1985, p. 144)

Nesse contexto, a Igreja abrigava à época de sua construção celebrações pontuais e reservadas apenas a um contingente pequeno de pessoas, provavelmente de origem humilde, enquanto a Matriz localizada onde hoje é a Igreja do Rosário (antiga Matriz de Sant'Ana) abrigava as celebrações de maior porte. O caráter acolhedor, de certo reservado, tornou-se, apesar de sua localização central, característica marcante de seus cultos, mantendo-se assim, palco de celebrações pequenas até os dias atuais. Esse fator acabou por criar um sentimento de apropriação muito pertinente vindo dos frequentadores da igreja ao longo das gerações. O acolhimento oferecido pelo espaço sagrado favoreceu a ideia de pertencimento e propriedade a seus fiéis assíduos que têm a Igreja como parte da rotina e lugar de acolhimento.

Tal ligação afetiva com a construção, por sua vez, levou seus frequentadores à consciência de responsabilidade com a manutenção do bem, que juntamente com a Paróquia Santana de Lavras, cabecearam quatro reformas significantes que buscaram, segundo o imaginário dos usuários do bem, melhorias tanto no conforto de quem a frequenta quanto a manutenção da estrutura.

Hoje a Igreja de Nossa Senhora das Mercês é um bem catalogado como Estrutura Arquitetônica e Urbanística (EAU) pela Prefeitura Municipal de Lavras. Localizada na setorização AU01, correspondida pelas áreas centrais da cidade, foi registrada no Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural em 2001 e aguarda tombamento municipal desde 2002. Uma vez não amparadas pelas normas regidas pelo IPHAN, as mudanças, em todas as épocas, seguiram conceitos práticos que buscavam atender às necessidades e anseios dos frequentadores do local.

As modificações da Igreja, em todas as datas, tiveram um contexto pragmático, no qual foram pensadas para que seu ambiente se tornasse mais confortável, permitindo que um maior número de celebrações como batizados e casamentos fossem realizados. Nesse contexto, gostaríamos de detalhar algumas das intervenções que se tornaram mais significativas para o debate. Nas reformas mais recentes foram analisadas colocações práticas e demandas estéticas feitas pelos próprios usuários e pela equipe técnica responsável pela reforma.

Assim, através da análise dos documentos encontrados e registros feitos, é possível usar a Igreja como fonte de questionamento e estudo de caso para as questões que envolvem não só os processos de tombamento de um bem, como também o conceito de patrimônio, sua relação com a identidade e com a apropriação; as particularidades de cada bem, além de questões acerca da gestão e sua regularização.

AS REFORMAS

Dentre as principais reformas, o inventário da Igreja nos relata uma possível grande reforma nos primeiros anos do século XX, que afetou diretamente as simbologias arquitetônicas de seu estilo primário, conferindo o estilo neogótico à estética da Igreja, estilo este que permanece até os dias de hoje. Não foi possível até o momento, encontrar registros que relatem de maneira pictórica ou descritiva quais foram, de fato, as mudanças ocorridas na época. As imagens encontradas no acervo da Casa da Cultura datam de tempos posteriores a essa reforma, o que nos impede de mensurar as reais consequências e grau de descaracterização de sua aparência arquitetônica. Uma vez não conhecidas as condições físicas da Igreja antes dessa data, usa-se deste marco como o ponto de partida dos registros, sendo assim considerado como referência para a métrica de estudo do estado de conservação do bem. Em contrapartida, é possível que haja, por meio da comparação entre os registros e relatos, a análise e mensuração qualitativa das intervenções feitas nas reformas de 2014 e 2017, principalmente a que ocorrera em 2014.

De caráter em partes mitigatório, em partes renovador, foi possível listar as seguintes intervenções. O assoalho foi rebaixado em 40 cm e revestido com novos pisos de cerâmica, conferindo praticidade e um significado estético condizente com o atual gosto de seus usuários. O telhado foi inteiramente reformado para solucionar problemas de infiltração, com isso, as telhas de cerâmica foram substituídas. Nas entradas da capela, tanto frontal, quanto laterais, foram inseridos toldos transparentes, apoiados em estruturas metálicas que acompanham a forma plástica dos vãos. Já na escada de acesso à entrada frontal foi construído um guarda-corpo fechado em alvenaria, sendo um dos elementos de mais destaque quando se compara registros de anos posteriores. Para maior segurança e acessibilidade dos fiéis com mobilidade reduzida, acrescentou-se também, corrimões tanto no guarda-corpo como na parede da fachada frontal. Nessa reforma ainda foi feita a instalação de um novo sistema de iluminação, equipamentos sonoros e ventiladores anteriormente precários, proporcionando assim maior conforto aos fiéis.

Das medidas tomadas a que mais chamou atenção do público em geral, de certo, foi o painel interno executado no altar mor da Igreja. Este foi ampliado, recebeu uma parede de gesso em formato curvilíneo do seu lado esquerdo, ocultando a porta que leva à sacristia, o sacrário e a imagem da Nossa Senhora das Mercês foram substituídos e foi feita uma pintura mural com traços contemporâneos e grande quantidade de cores e formas.

Realizado pela designer e pintora lavrense Lívia Fassio, e idealizado juntamente com a arquiteta, também lavrense, responsável pela reforma, Daniele Brito, a pintura do altar

sofreu influência direta do trabalho do artista plástico sacro contemporâneo brasileiro Cláudio Pasto. A obra em tinta acrílica produzida em trinta dias de trabalho intenso e individual, trouxe ao altar detalhes contemporâneos que contrastam com as características estéticas que até então se encontravam no local.

A pintura mural representa, através de ilustrações, a história de devoção à Nossa Senhora das Mercês. Esta crença data aproximadamente em 1218, período em que os maometanos dominavam parte da península Ibérica e faziam dos cristãos seus escravos. Em 1218, acredita-se, que Nossa Senhora compadecida dos seus filhos, fez uma aparição para três jovens e desse modo, a fé em Nossa Senhora das Mercês cresceu e se espalhou por todo o mundo, tendo como foco o resgate dos cativos.

Já em 2017, a Igreja recebeu em seu entorno gradil constituído por grades metálicas pintadas, justificadas por ataques de vandalismo.



Imagem 01: Interior da Igreja Nossa Senhora das Mercês, 2017, acervo pessoal.

CONDIÇÕES DO PATRIMÔNIO

Ao Patrimônio Histórico e Cultural mundial se dá a seguinte descrição disposta na Carta de Veneza, datada de 1964:

“Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.”

Em conjuntura nacional, tem-se a seguinte definição, de acordo com a Constituição de 1988:

Art. 216¹: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A partir dessa análise, é possível interpretar o Patrimônio como representante da memória coletiva de um dado território. Assim, no caso do Patrimônio material imóvel, a memória se concretiza na materialidade de um local, resgatando o passado por meio das construções. Se a memória é algo essencial para a compreensão do Patrimônio, que tenhamos em mente que não existe memória espontânea. Como bem lembra Nora (1993), é preciso criá-las. Desse modo, os espaços históricos são envolvidos de significados, através de simbologias que os tornam bens históricos. Nessa interpretação, “os lugares de memória dizem muito sobre as sociedades que os produziram, pois todo grupo atribui lugares para suas memórias” (Villares, 2018, p.05). A partir dessa visão, é importante colocar a relação direta entre tradição e memória, na qual a tradição será entendida como consequência de uma disputa de elementos simbólicos de memória, enfrentada entre as classes.

Sendo o Patrimônio palco de constante disputa, o Estado tem a função de garantir e manter o caráter amplo na construção dos ideários históricos, sociais e políticos.

“A história é praxis (no grego, praxis significa um modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los). Nesta perspectiva, a história é o real e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (família, condições de trabalho, relações políticas, instituições reli-

12º Mestres e Conselheiros: patrimônio como ação local

Evento online – 02 a 04/12/2020

gias, tipos de educação, formas de arte, transmissão dos costumes, língua, etc.). Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. Enfim, também é um aspecto fundamental da existência histórica dos homens a ação pela qual podem ou reproduzir as relações sociais existentes, ou transformá-las, seja de maneira radical (quando fazem uma revolução), seja de maneira parcial (quando fazem reformas).” (CHAUÍ, 1980, p.08)

Essa condicionante justifica assim, a importância da ação de órgãos regularizadores como o IPHAN, bem como aparatos estatais atribuídos ao Patrimônio. As condicionantes que marcaram a história da interpretação do Patrimônio Histórico e Cultural Nacional sempre estiveram ligadas às suas primeiras definições. Como lembra a autora Márcia Regina Romeiro Chuva (2009):

“No Brasil, o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; foi a primeira norma jurídica brasileira a dispor acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade, criando o instituto do tombamento. Este é um ato administrativo que deu origem à tutela do Estado sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, em virtude do valor cultural que lhe fosse atribuído, por meio do Sphan. O tombamento tem como finalidade impor uma delimitação de propriedades, públicas ou privadas, sem, no entanto, promover a desapropriação ou impedir sua alienabilidade.” (p.147)

A perspectiva acima é ressaltada ainda pela ex assessora jurídica do então SPHAN:

“Nesse sentido, entendemos que nenhum direito individual explicitado, como é o direito de propriedade, pode ser tido como mais fundamental do que outro direito, ainda que não explicitamente mencionado, mas cujo sentido se possa inferir do conjunto das normas constitucionais. Se, por um lado, a Constituição faz nascer o direito à propriedade individual, este direito já nasce limitado em função de um outro dispositivo da própria Constituição, que, dispondo sobre a ordem econômica e financeira, determina a necessária presença de interesse público e social para seu exercício.” (RABELLO, 2009, p.25)

Nesse contexto, Chuva continua e também ressaltava as dificuldades enfrentadas pela SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), através da Lei em questão, em ter legitimidade frente a interesses políticos e econômicos. Assim, é possível concretizar que a manutenção do Patrimônio, bem como a disseminação da consciência patrimonial entre a população como um todo, não era uma dificuldade isolada da cidade de Lavras, como também uma fragilidade de origem estrutural política e econômica nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que se entenda o valor intrínseco à Igreja, é de suma importância que se coloque em evidência a diferença entre valor arquitetônico e valor histórico de uma edificação. Enquanto o primeiro visa a unidade da estrutura concreta, o segundo, procura por algo abstrato, além da estrutura física. Posto que as modificações feitas na construção afetaram seu valor arquitetônico, é importante ressaltar a preciosidade histórica que a igreja carrega. Sem que, todavia, esqueça-se de considerar seus aspectos formais em planta baixa e de sua construção oitocentista, uma vez que a Igreja resguarda sim, de maneira hoje tímida, valores históricos técnicos de sua arquitetura.

Seu valor arquitetônico foi evidentemente prejudicado, uma vez que sofreu alterações bruscas que modificaram seu estilo primitivo drasticamente. Por outro lado, foram essas alterações e livre manutenção constante que permitiram a apropriação e conservação do espaço até então. Como evidencia Suzy de Mello, (...) um aspecto fundamental se destaca como o mais importante determinante das construções religiosas mineiras: sua realização como obra de conjunto da própria população, que organizando-se espontaneamente, ergueu não só as primeiras e mais primitivas capelas dos povoados iniciais como, depois, as grandes matrizes e as sedes das Ordens Terceiras e Irmandades, (...) (MELLO, 1985, p.124). Sendo assim, o lugar acumulou e carregou consigo as marcas do tempo e das gerações que passam por ali. Isso, por sua vez, se torna extremamente valioso quando se trata de história e identidade, não só de Lavras, mas de Minas Gerais. A arquitetura original, nesse caso fica em segundo plano e o enfoque se fixa na grandeza histórica que a Igreja traz em seus detalhes. O olhar da análise se volta para o lugar, seu uso e importância para o imaginário de seus usuários; deixando de lado sua materialidade. Ademais, o objeto arquitetônico faz parte da rotina de usuários e não usuários da Igreja, católicos ou não. Uma vez que se coloca, no contexto urbano, como elemento de referência e marco da paisagem.

Françoise Choay (2006, p. 11), no livro *Alegoria do Patrimônio*, usa o dicionário francês para definir patrimônio como bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais para os filhos. Nesse caso estudado, acontece a interação entre as gerações. Nela o bem abriga características herdadas desde a época de sua construção que se tornam simultâneas às características das alterações do tempo. Seguindo tal linha lógica, é possível citar outra vez a mesma autora e dar um parecer mais claro e pontual sobre o que o caso da Igreja Nossa Senhora das Mercês nos mostra. De acordo com Choay, "arquiteturas e espaços não devem ser fixados por uma ideia de conservação intransigente, mas sim

manter sua dinâmica" (CHOAY, 2006, p. 16). Como exemplo, cita a famosa Pirâmide do Louvre. Nos dois casos, tanto na Igreja lavrense, analisando as reformas mais recentes, quanto no museu parisiense, as alterações feitas são claras e interagem dialogando com o passado e o presente. Esse diálogo, por contar a história das gerações ao longo de seus detalhes se torna extremamente positivo quando falamos de valor histórico e identidade de um grupo social.

Após as análises feitas, fica notório que a história da Igreja Nossa Senhora das Mercês ainda se encontra em processo de construção. Sua identidade e valor histórico são a cada dia complementados com novos adereços, significados e interpretações. Esse fator, nos leva a questionamentos quanto ao tombamento e estagnação do diálogo entre o antigo e o novo. A relação entre o tempo vivido e a memória é algo supremo numa edificação patrimonial. A complexidade de um possível tombamento e interrupção dessa conversa poderia levar à perda de uma das suas maiores características, uma vez que o poder da tradução de sua memória se encontra no uso e na autogestão da manutenção do lugar.

Por fim, o caso nos mostra o quanto as particularidades e história de uma edificação transcendem a sua materialidade. A Igreja, mesmo após tantas modificações não perdeu seu valor, longe disso, pôde-se perceber ao longo do que foi apresentado, seu valor histórico, arquitetônico e urbano para a cidade. Para além das clássicas perguntas: "Patrimônio para quem? Para quê?", o caso nos desperta para a análise de questões pertinentes acerca da gestão dos bens de valor histórico, da história contada por esses bens e a relação que se estabelece entre essas duas perguntas. São modificações que constroem um futuro dando continuidade à um fluxo cultural entre gerações, ou são modificações que desconstroem o passado, modelando uma ideia de tradição amarrado a interesses alheios à preservação cultural?

Independente da resposta dada, entendemos que o contexto se dá em uma linha tênue entre um veredito de contexto técnico e um possível anacronismo. Uma vez que a construção da consciência patrimonial não foi algo isolado, pois partiu de um contexto construtivo também mundial e nacional. Assim, as mudanças sofridas desde o início da construção da Igreja seguiram um fluxo proporcional a esses contextos.

Sendo assim, as modificações foram, de certo, legítimas. Porém, evidenciaram uma falha grave na educação patrimonial e na disseminação da consciência a cerca da amplitude do valor histórico, urbano e cultural daquele bem para a sociedade em geral. Se o bem tem um valor tão amplo, as reformas feitas a partir de uma análise particular de dado grupo

sombreiam a relevância e magnitude da Igreja como referência mineira e brasileira da expressão cultural e arquitetônica.

Posto isto, a partir da compreensão que fica a cabo do Estado a responsabilidade regulatória, também se dá a ele a disseminação de diretrizes que orientem a conscientização patrimonial na sociedade civil.

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, inculcir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, apud OLIVEIRA, 2011, p. 32).



Imagem 01: Igreja Nossa Senhora das Mercês e Praça Monsenhor Domingos Pinheiro, anterior a 1960, acervo Renato Libeck, Casa da Cultura.



Imagem 02: Altar da Igreja Nossa Senhora das Mercês, anterior a reforma de 2014, acervo da igreja.



Imagem 04: Exterior da Igreja Nossa Senhora das Mercês, 2019, acervo pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Capela de Nossa Senhora das Mercês passa por reforma para ganhar mais espaço e nova iluminação. *Jornal Lavras 24 horas*, 22 de jan. de 2014. Disponível em: <<http://www.lavras24horas.com.br/portal/capela-de-nossa-senhora-das-merces-passa-por-reforma-para-ganhar-mais-espaco-e-nova-iluminacao/>>. Acesso em: 30 de dez. de 2017.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** - 2º ed. - São Paulo: Editora Brasiliense, 2008

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 5. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **OS ARQUITETOS DA MEMÓRIA: SOCIOGÊNESE DAS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PAIRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL (ANOS 1930-1940)**. 1. ed. RIO JANEIRO: Editora UFRJ, 2009.

FLORÊNCIO, Sônia R. R; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processo**. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e estados – MG – Lavras**. IBGE, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/lavras.html>>

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Veneza**. 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 31 mai 2021.

MELLO, Suzy de. **Barroco mineiro**. São Paulo: Brasiliense, 1985

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação Patrimonial no Iphan** - Monografia (Especialização) Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília, 2011.

RABEIO DE CASTRO, Sônia. **O Estado na preservação de bens culturais- o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

Revista do Patrimônio Cultural de Lavras / Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras. v. 2, n. 2. (2021). Lavras, MG: Prefeitura Municipal de Lavras. (Série Lavrensiana, 9). 198 p. : il.

VILLARES, Luise Gonçalves. **O Patrimônio Cultural Na Ótica Marxista: Considerações Sobre O Materialismo Cultural**. In. Colóquio Internacional Marx Engels, IX, 2018, Campinas, SP



12º

**MESTRES
E CONSELHEIROS**

PATRIMÔNIO COMO AÇÃO LOCAL